

Aviso n.º 7659/2006 — AP

A Dr.ª Ana Sofia Ramos, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal de Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Portimão, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 773/03.9TAPTM, pendente neste Tribunal contra o arguido Taciano José Pinto Parente, filho de João Manuel da Piedade Rodrigues Parente e de Maria de Fátima Pinto Parente, de nacionalidade portuguesa, nascido em 15 de Novembro de 1979, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 11814984, com domicílio na Rua São Francisco Xavier, 56, 3.º, esquerdo, Santa Iria da Azóia, 2690 Santa Iria da Azóia, por se encontrar acusado da prática do crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 14 de Abril de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 11 de Outubro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

23 de Outubro de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Sofia Ramos*. — O Escrivão-Adjunto, *Carlos Pinto*.

Aviso n.º 7660/2006 — AP

A Dr.ª Ana Sofia Ramos, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal de Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Portimão, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 71/05.3TAPTM, pendente neste Tribunal contra o arguido José Paulo Simões Henriques, filho de Arménio Henriques Marques e de Aura da Conceição Simões Marques, natural de Castanheira de Pera, de nacionalidade portuguesa, nascido em 15 de Janeiro de 1975, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 11373839, com último domicílio na Urbanização Algarvesol, lote 2, 7.º, esquerdo, Pedra Mourinha, Portimão, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelo artigo 204.º, n.º 2, alínea e), com referência ao artigo 202.º, alínea e), todos do Código Penal, praticado em 28 de Abril de 1998, foi o mesmo declarado contumaz, em 15 de Setembro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

24 de Outubro de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Sofia Ramos*. — A Escrivã-Adjunta, *Ángela Maria de Lemos Revez*.

Aviso n.º 7661/2006 — AP

O Dr. Rui Banaco, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Portimão, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 934/04.3GTABF, pendente neste Tribunal contra o arguido Ihor Mazayev, filho de Volodimir Mazayev e de Cláudia Mazayeva, natural de Ucrânia, de nacionalidade ucraniana, nascido em 26 de Maio de 1959, divorciado, titular do passaporte n.º Ah961512, com domicílio na Chão de Cevada, Horta José Custódio, 8000 Faro, por se encontrar acusado da prática de um crime de desobediência, previsto e punido pelo artigo 158.º, n.ºs 1 e 3, do Código da Estrada e 348.º, n.º 1, alínea a), do Código Penal e um crime de desobediência previsto e punido pelo artigo 387.º, n.º 2, do Código Penal, praticado em 8 de Agosto de 2004, foi o mesmo declarado contumaz, em 23 de Outubro

de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

25 de Outubro de 2006. — O Juiz de Direito, *Rui Banaco*. — O Escrivão-Adjunto, *Carlos Pinto*.

Aviso n.º 7662/2006 — AP

O Dr. Rui Banaco, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Portimão, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 1506/03.5PAPTM, pendente neste Tribunal contra o arguido Vítor Manuel Ferreira Esteves, filho de António de Oliveira Esteves e de Maria de Lurdes Ferreira de Almeida, natural de Aveiro, Glória, Aveiro, de nacionalidade portuguesa, nascido em 10 de Novembro de 1982, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 12239646 com último domicílio na Estrada de Monchique, lote 35, 8500 Portimão, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 18 de Junho de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 21 de Setembro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

26 de Outubro de 2006. — O Juiz de Direito, *Rui Banaco*. — A Escrivã-Adjunta, *Ángela Maria de Lemos Revez*.

Aviso n.º 7663/2006 — AP

O Dr. Rui Banaco, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Portimão, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 1505/04.0PAPTM, pendente neste Tribunal contra o arguido Constantin Dolhar, filho de Dumitir Dollar e de Elena Leonte, natural de Roménia, nascido em 16 de Abril de 1982, casado, titular do passaporte n.º 04742729, com domicílio na Rua 1.º de Dezembro, 77, Benfica do Ribatejo, 2000 Santarém, por se encontrar acusado da prática de um crime de resistência e coacção sobre funcionário, previsto e punido pelo artigo 347.º do Código Penal, um crime de injúria, previsto e punido pelo artigo 181.º do Código Penal, foi o mesmo declarado contumaz, em 19 de Outubro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

30 de Outubro de 2006. — O Juiz de Direito, *Rui Banaco*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Dulce Banha Raposo*.

Aviso n.º 7664/2006 — AP

A Dr.ª Ana Sofia Ramos, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal de Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Portimão, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 691/99.3TBPTM, pendente neste Tribunal contra o arguido António Luís Lopes da Veiga, filho de Orlando Lopes da Veiga e de Juliana

Lopes, natural de São Jorge de Arroios, Lisboa, de nacionalidade portuguesa, nascido em 22 de Agosto de 1975, titular do bilhete de identidade n.º 11618234, com último domicílio no Bairro do Palácio, Barranco Rodrigo Barraca, 1, Portimão, por se encontrar acusado da prática de um crime de tráfico de estupefacientes, previsto e punido pelo artigo 21.º, n.º 1, e 24.º, alínea b), do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, praticado em 21 de Fevereiro de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 6 de Novembro, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

8 de Novembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Sofia Ramos*. — A Escrivã-Adjunta, *Ángela Maria de Lemos Revez*.

Aviso n.º 7665/2006 — AP

O Dr. Rui Banaco, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Portimão, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 344/03.OPAPTM, pendente neste Tribunal contra o arguido Amável José Gonçalves, filho de Arnaldo Maria Inácio e de Maria José Damas Gonçalves, natural de Odemira, São Luís, Odemira, de nacionalidade portuguesa, nascido em 5 de Julho de 1962, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 8444958, com domicílio no Apeadeiro do Chão das Donas, Portimão, 8500 Portimão, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto simples, praticado em 14 de Fevereiro de 2003, por despacho de 18 de Outubro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por falecimento do arguido.

8 de Novembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Rui Banaco*. — A Escrivã-Adjunta, *Ángela Maria de Lemos Revez*.

2.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DE FAMÍLIA E MENORES E DE COMARCA DE PORTIMÃO

Aviso n.º 7666/2006 — AP

A Dr.ª Ana Sofia Ramos, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal de Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Portimão, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 1456/03.STAPTM, pendente neste Tribunal contra o arguido Paulo Alexandre da Silva Pontes, filho de Manuel Quaresma do Rosário da Silva Pontes e de Juliana André da Silva Pontes, natural de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 6 de Maio de 1978, solteiro, titular do bilhete de identidade estrangeiro n.º 3446/02, com último domicílio conhecido na Rua da Esperança, 36, A, Aldeia Nova da Boavista, 8500 Portimão, por se encontrar acusado da prática de um crime de detenção ilegal de arma, previsto e punido pelo artigo 27.º, n.º 3, Código Penal, por referência ao artigo 3.º, n.º 1, alínea f), do Decreto-Lei n.º 207-A/75, de 17 de Abril, praticado em 29 de Outubro de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 19 de Outubro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

23 de Outubro de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Sofia Ramos*. — O Escrivão-Adjunto, *João Cândido*.

Aviso n.º 7667/2006 — AP

A Dr.ª Antonieta Nascimento, juíza de direito, do 2.º Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Portimão, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 455/99.4JAPTM, pendente neste Tribunal contra o arguido Pedro Miguel de Sousa e Silva, filho de José Marcelino de Sousa e Silva e de Edith da Silva Sousa e Silva, natural de Lisboa, Alvalade, Lisboa, de nacionalidade portuguesa, nascido em 6 de Novembro de 1968, divorciado, titular do bilhete de identidade n.º 8039663, com domicílio na Travessa da Boa Hora, 4, 2.º, direito, Ajuda, 1300-105 Lisboa, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 5 de Outubro de 1999, um crime de ofensa à integridade física grave, previsto e punido pelos artigos 143.º, n.º 1, 144.º, n.º 1, alínea a), 22.º e 23.º, todos do Código Penal, praticado em 5 de Outubro de 1999, um crime de dano simples, previsto e punido pelo artigo 212.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 5 de Outubro de 1999, um crime de incêndios, na forma tentada, previsto e punido pelo artigo 272.º, n.º 1, alínea a), 22.º e 23.º, todos do Código Penal, praticado em 5 de Outubro de 1999, por despacho de 20 de Outubro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

24 de Outubro de 2006. — A Juíza de Direito, *Antonieta Nascimento*. — O Escrivão-Adjunto, *João Cândido*.

Aviso n.º 7668/2006 — AP

A Dr.ª Ana Sofia Ramos, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal de Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Portimão, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 560/04.7GDPTM, pendente neste Tribunal contra a arguida Rute Isabel Sequeira Alcaide Andrade, filha de António Joaquim Alcaide e de Maria Fernanda dos Santos Sequeira, natural da freguesia de Lagoa, concelho de Lagoa, de nacionalidade portuguesa, nascida em 16 de Maio de 1975, casada, titular do bilhete de identidade n.º 11146239 com último domicílio conhecido na Rua Aquilino Ribeiro, lote 234, 2.º direito, Oliveiras do Monte, Montechoro, 8200 Albufeira, por se encontrar acusada da prática de dois crimes de burla simples, previsto e punido pelo artigo 217.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em Maio de 2004, um crime de furto na forma tentada, previsto e punido pelo artigo 203.º, n.º 2, do Código Penal, praticado em 27 de Abril de 2004, foi a mesma declarada contumaz, em 20 de Outubro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

24 de Outubro de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Sofia Ramos*. — O Escrivão-Adjunto, *João Cândido*.

Aviso n.º 7669/2006 — AP

A Dr.ª Ana Sofia Ramos, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal de Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Portimão, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 560/04.7GDPTM, pendente neste Tribunal contra o arguido Joel Gomes de Andrade, filho de Josué Gomes de Andrade e de Izaura Torres, natural do Brasil, de nacionalidade portuguesa, nascido em 29 de Dezembro de 1970, casado, com último domicílio conhecido na Rua Aquilino Ribeiro, lote 234, 2-D, Oliveiras, Montechoro, 8200 Albufeira, por se encontrar acusado da prática de dois crimes de burla simples, previsto e punido pelo artigo 217.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 15 de Março de 2004, um crime de furto na forma tentada, previsto e punido pelo artigo 203.º, n.º 2, do Código Penal, praticado em 27 de Abril de 2004, foi o mesmo declarado contumaz, em 20 de Outubro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que